

**12/09/2017****PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: LEANDRO ANDRADE AZEVEDO
ADV.(A/S)	: CARLA VANESSA TIOZZI HUYBI DE DOMENICO
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

SIGILO – ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA – LEI Nº 12.850/2013 – AFASTAMENTO. Uma vez realizadas as diligências cautelares, cuja indispensabilidade houver sido demonstrada a partir das declarações do colaborador, ou inexistentes estas, não subsiste razão para o sigilo.

COLABORADOR – DADOS PESSOAIS – CONHECIMENTO PÚBLICO. Surge inócua a imposição de sigilo sobre conteúdo, indissociável da figura do colaborador, que já é de conhecimento público.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover o agravo regimental no inquérito, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 12 de setembro de 2017.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – PRESIDENTE E RELATOR

**12/09/2017****PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: LEANDRO ANDRADE AZEVEDO
ADV.(A/S)	: CARLA VANESSA TIOZZI HUYBI DE DOMENICO
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Rafael Ferreira de Souza:

O inquérito foi instaurado para investigar a suposta prática, pelo deputado federal Pedro Paulo Carvalho Teixeira e por Eduardo da Costa Paes, dos delitos versados nos artigos 317 (corrupção passiva), combinado com o 327, parágrafos 1º e 2º, e 333 (corrupção ativa) do Código Penal; 1º (ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime), inciso V (contra a Administração Pública), da Lei nº 9.613/1998; e 22 (efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas) da Lei nº 7.492/1986. O Procurador-Geral da República, no requerimento de instauração da investigação, apontou declarações prestadas em acordos de delação premiada, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, pelos colaboradores Leandro Andrade Azevedo, Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Eduardo da Rocha Soares. Pediu o levantamento do sigilo em relação aos termos de depoimento referidos.

O relator inicial, ministro Edson Fachin, em 4 de abril de 2017, à folha 18 à 22, ao deferir a instauração do inquérito, aludindo ao artigo 21, inciso XV, do Regimento Interno do

**INQ 4435 AGR / DF**

Supremo, determinou o levantamento do sigilo dos autos e a remessa à autoridade policial para que, no prazo de 30 dias, atendesse às diligências especificadas pelo Ministério Público.

Por meio da petição/STF nº 17.797, à folha 26 à 30, o colaborador Leandro Andrade Azevedo interpõe agravo interno contra o ato alusivo ao levantamento do sigilo. Evoca o artigo 5º, inciso II, da Lei nº 11.850/2013. Diz ser direito do colaborador ter o nome, qualificação e demais dados preservados. Articula com o gravame causado pela divulgação da identidade, a implicar risco à própria segurança e da família. Defende que o levantamento do sigilo viola a soberania da decisão mediante a qual a Presidente, ministra Cármen Lúcia, homologou o acordo. Destaca que a manutenção do segredo de justiça foi condição essencial para a celebração do ajuste. Aduz que a preservação da própria imagem e identidade não ocasionará prejuízo às investigações.

Requer, cautelarmente, o sobrestamento dos efeitos do ato atacado, no tocante ao levantamento do sigilo, até o julgamento do mérito do recurso. Busca, alfim, o provimento do agravo para que a própria identidade e imagem sejam preservadas, nos termos do acordo de colaboração.

Aberta vista ao Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, com a petição/STF nº 22.666, apresentou contraminuta, à folha 81 à 96, postulando o desprovimento do recurso. Faz referência ao artigo 7º, § 3º, da Lei nº 12.850/2013, que trata do sigilo endoprocessual do acordo de colaboração. Ressalta que o termo máximo do sigilo é o recebimento da denúncia, com o fim de maximizar os princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo como foco aqueles atingidos pelo fruto da colaboração, não havendo impedimento de que seja levantado antes desse marco. Articula com a incidência do princípio constitucional da publicidade, dizendo que o sigilo, como exceção, deve ser mantido apenas se houver

**INQ 4435 AGR / DF**

necessidade concreta. Destaca inexistir, no caso, motivo a justificar a continuidade do sigilo, ante a ausência de eventual prejuízo à persecução penal em curso. Alude ao artigo 5º da Lei de regência – frisando encontrar-se expressamente referido no artigo 7º, § 3º, do mesmo diploma –, o qual dispõe ser direito do colaborador ter o nome, qualificação, imagem e informações pessoais preservados. Articula com a falta de motivos para a imposição de sigilo extraprocessual, uma vez que o nome e imagem do colaborador já foram divulgados, asseverando ser contrassenso falar-se em sigilo para resguardar informação que já é de conhecimento público. Aponta mostrar-se descabido o sigilo extraprocessual no caso concreto, reportando-se à necessidade de realizar a ponderação dos valores em jogo, sendo o conteúdo da colaboração de inequívoco interesse social. Articula com a existência de mecanismos próprios de proteção do colaborador, como a omissão ou a riscagem de dados pessoais na divulgação, a proteção policial, caso sofra alguma ameaça, e a inclusão em programa de proteção de testemunhas. Destaca o conteúdo da cláusula nº 22 do acordo celebrado, no qual o agravante assente com a preservação do sigilo apenas enquanto o Ministério Público Federal entender que a publicidade prejudicará a efetividade das investigações.

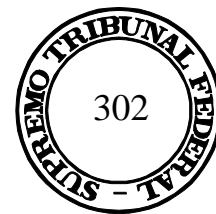
Em 17 de maio último, a Presidente, ministra Cármen Lúcia, determinou a livre redistribuição do inquérito, cuja relatoria ficou a cargo de Vossa Excelência. Os autos vieram conclusos em 25 de maio imediato.

Vossa Excelência, em 23 de junho de 2017, determinou o desmembramento destes autos, com reprodução integral e encaminhamento ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para sequência quanto a Eduardo Paes, que não detém prerrogativa de, ajuizada ação penal, vir a ser julgado pelo Supremo. Agravo interno interposto pelo citado investigado encontra-se aparelhado e pendente de julgamento.



INQ 4435 AGR / DF

É o relatório.



12/09/2017

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435 DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por advogado regularmente credenciado, foi protocolada no prazo legal. Publicada a decisão de folha 18 a 22, de 4 de abril de 2017, no Diário da Justiça de 17 de abril seguinte (segunda-feira), o agravo foi formalizado no dia 12 imediatamente anterior (quarta-feira). Conheço.

Faz-se em jogo o regime do sigilo imposto, pela Lei nº 12.850/2013, ao acordo de colaboração premiada.

A tônica, no âmbito da Administração Pública, é a publicidade, mostrando-se o sigilo exceção. É o que prevê a Constituição Federal – artigo 5º, inciso LX. Tem-se restrição à publicidade dos atos processuais, salvo quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

O sigilo do que ajustado – no caso, durante a fase de investigações – é elemento essencial para a efetividade da colaboração firmada, como forma de garantir o êxito das investigações – artigo 7º, § 2º –, bem assim para assegurar a proteção da pessoa do colaborador e das pessoas próximas – artigo 5º, inciso II.

A Lei, visando a consecução desses objetivos, estabeleceu diversas cautelas a serem adotadas. O artigo 7º dispõe que o pedido de homologação do acordo será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não revelem a identificação do colaborador e do objeto.

O sigilo sobre o conteúdo da colaboração premiada, consoante versa o § 3º do citado artigo, deve permanecer, como regra, até o recebimento da denúncia.

[...]

§ 3º O acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que recebida a denúncia, observado o disposto no art. 5º.

[...]

INQ 4435 AGR / DF

O preceito trata da cessação do sigilo relativamente ao acordo, assentando o direito do investigado de, recebida a denúncia, conhecer aqueles que o subscreveram, viabilizando a ampla defesa e o contraditório. A delação premiada objetiva transparência maior, a elucidação de fato criminoso, e, assim, o teor do que veiculado não pode ficar estranho ao processo criminal.

Cumpre indagar: o parágrafo citado encerra observância absoluta, no que fixado o marco do recebimento da denúncia como aquele em que deve ser afastado o sigilo? A resposta é negativa. Trata-se de termo final máximo. Deve ser mantido até esse ponto apenas se houver necessidade concreta.

Uma vez realizadas as diligências cautelares, cuja indispensabilidade tiver sido demonstrada a partir das declarações do colaborador, ou inexistentes estas, não subsiste razão para o sigilo. Nada impede – ao contrário, o princípio da publicidade aponta nesse sentido – que o sigilo do acordo seja afastado em momento anterior ao recebimento da denúncia, como o foi no caso, possibilitando conhecer aquele que subscrevera o acordo, bem assim o conteúdo do que declarado. Tem-se a otimização dos princípios da ampla defesa e do contraditório, em favor do investigado ou dos atingidos pela colaboração premiada. Não há direito subjetivo do colaborador a que se mantenha, indefinidamente, a restrição de acesso ao conteúdo do acordo, ao argumento de que o sigilo teria sido elemento constitutivo da avença. Vejam que o artigo 19 da Lei de regência, ao prever como crime a conduta de imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou de revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas – a chamada delação caluniosa –, reforça a necessidade de conhecimento do que veiculado no acordo.

O afastamento da restrição, determinado pelo então relator, ministro Edson Fachin, foi preconizado pelo próprio Órgão acusador, o qual destacou não haver, no caso, dado a respaldar a manutenção do sigilo, ante a ausência de eventual prejuízo a persecução penal em curso.

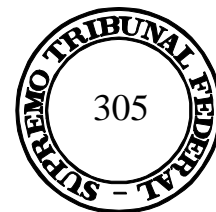
**INQ 4435 AGR / DF**

O agravante articula com o disposto no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 11.850/2013, evocando o direito do colaborador de ter o nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados. O inciso IV do artigo 5º do diploma prevê ser igualmente direito do colaborador não ter a identidade revelada pelos meios de comunicação nem ser fotografado ou filmado sem prévia autorização por escrito.

Está-se diante de sigilo extraprocessual, para fora das partes envolvidas, direcionado ao público em geral. No caso, presente o já conhecido acesso ao conteúdo dos depoimentos gravados por meio audiovisual, sendo estes indissociáveis da figura do colaborador, com ampla divulgação em noticiário nacional, surge inócua a imposição de sigilo neste momento, mostrando-se a medida verdadeiro contrassenso, uma vez que estaria voltada a preservar informação que já é de conhecimento público.

Eventual problemática relacionada à segurança do colaborador resolve-se mediante a adoção de mecanismos próprios de proteção.

Desprovejo o agravo.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO INQUÉRITO 4.435

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

AGTE.(S) : LEANDRO ANDRADE AZEVEDO

ADV.(A/S) : CARLA VANESSA TIOZZI HUYBI DE DOMENICO (146100/SP)

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência do Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 12.9.2017.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber e Alexandre de Moraes. Ausente o Senhor Ministro Luís Roberto Barroso em razão de participação na Reunião de Ministros de Supremas Cortes no Global Constitutionalism Seminar, na Universidade de Yale, nos Estados Unidos.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma